

Entrega da notificação de Sarney

24 MAI 1988

24 MAI 1988

por Míriam Lombardo
de Brasília

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Rafael Mayer, assinou ontem a notificação a ser enviada ao presidente José Sarney, para que ele confirme, conforme solicitado pelo jurista Raymundo Faoro, afirmações que teria feito sobre a atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a corrupção e sobre seus componentes. Ontem mesmo o diretor geral do STF, Sebastião Duarte, iniciou os contatos com o Palácio do Planalto para marcar a hora e o dia em que o oficial de diligência, Ricardo Lo-

bo, irá entregar a notificação ao presidente.

No começo da tarde de ontem, seguindo os trâmites normais de um processo deste tipo, o secretário geral da CPI, Augusto Panisset, recolheu à agência bancária do STF a quantia de CZ\$ 12,50 referentes à taxa de citação. Durante todo o dia, a expectativa no Supremo Tribunal foi em torno do momento em que o oficial de diligência iria até o Palácio do Planalto entregar a notificação ao presidente José Sarney. O oficial Ricardo Lobo alertava a todos sobre a demora nos trâmites do processo.

Segundo ele, antes de ser

entregue, o documento tem de ser assinado pelo presidente do Supremo e pelo diretor geral da Casa. Feito isso, o documento só será entregue depois de marcada uma audiência com o notificando, o que, em alguns casos, chega a levar até quinze dias.

No Congresso, os autores do pedido de interpelação judicial, feito através do jurista Raymundo Faoro, esperam a manifestação, ou não, do presidente José Sarney para decidir se vão ou não dar seqüência judicial ao episódio. Dependendo da resposta, alguns senadores, admitem que poderão vir, individualmente,

a processar o presidente da República.

Do lado do governo, a tendência é deixar sem resposta a interpelação. O líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, continua defendendo a tese de que o presidente José Sarney não deve responder à notificação. Entende ele que o presidente não fez, durante o seu discurso em Jales (São Paulo), em abril último, referências à CPI da Corrupção de prática de "terrorismo moral". Disse também que o presidente não dispõe de nenhum dossiê incriminando os senadores que compõem a CPI da Corrupção.

GAZETA MERCANTIL